

Em Cartagena o objetivo é prosseguir o diálogo

por Norton Godoy
de Brasília

Dez governos latino-americanos — Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela e outros três que aderiram na sexta-feira: Bolívia, Chile e República Dominicana — se reunirão informalmente na cidade de Cartagena, no litoral caribenho da Colômbia, a partir desta terça-feira, para tentar criar um "guarda-chuva" político, sob o qual, posteriormente, possam abrigar-se quando forem negociar suas dívidas externas com seus credores. O encontro pretende também dar prosseguimento ao diálogo político sobre o tema dívida externa, iniciado com a carta dos sete presidentes latinos ao "summit" de Londres.

Essa, pelo menos, é a ótica do governo brasileiro, particularmente do setor diplomático, sobre o encontro de Cartagena. O deslocamento em si dos chanceleres e ministros das Finanças destes dez países da região pode ser interpretado, segundo o Itamaraty, como o desdobramento de um processo de discussão política sobre as consequências dos ajustes econômicos impostos pela negociação da dívida externa — um tema inicialmente abordado nas teses do diálogo Norte-Sul, que, mais recentemente, produziu uma plataforma na conferência econômica latino-americana de Quito.

A conferência de Quito produziu uma declaração, subscrita por todos os governos da América Latina e Caribe, reunidos na ocasião, que tinha anexo um plano de ação conjunta. Os dois documentos foram enviados a vários governos de países credores, principalmente aos "sete grandes". Na prática, essa primeira reunião de devedores lati-

nos estabeleceu um sistema de coordenação entre seus bancos centrais, abrindo pela primeira vez, em âmbito multilateral, a troca de informações a respeito das negociações sobre dívida externa.

Em seguida, fatos como a alta na taxa de juros, distúrbios populares na República Dominicana em protesto pelos termos do acordo com o Fundo Monetário e, mais recentemente, à pseudomoratória da Bolívia, criaram a ocasião propícia para que se pudesse avançar nesse trabalho de coordenação. Vieram, então, as manifestações individuais contra alta no juro, a nota conjunta de quatro presidentes — Argentina, Brasil, Colômbia e México — e a carta dos sete enviada a Londres.

De acordo com informes recebidos pelo Itamaraty de seus embaixadores, nas últimas três semanas, o assunto tomou tal forma que repercutiu com excepcional intensidade nos centros financeiros internacionais, angariando adeptos da causa latina junto a parcela significativa da opinião pública norte-americana e europeia. Por esses informes, os sete principais países credores estão entendendo as motivações e os objetivos dos devedores latino-americanos, não obstante a oratória negativa — mas nem por isso circunstancial — de um ou outro chefe de Estado, a exemplo da primeira-ministra Margaret Thatcher.

Na última quinta-feira, por exemplo, os seis embaixadores latino-americanos acreditados junto ao governo britânico, foram recebidos no foreing-office, para ouvir um relato sobre o que foi discutido no "summit" sobre dívida externa da América Latina, e ficou claro que a diplomacia britânica comprehende o que se está pretendendo.